RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Prefeitura regulariza pagamentos e encerra ação na Justiça deixada pela administração anterior

Ação do Sindmed

REDAÇÃO

A atual gestão da Prefeitura de Cuiabá, sob o comando do prefeito Abilio Brunini, segue corrigindo os problemas financeiros herdados da administração passada. Prova disso é que a Justiça extinguiu, na última sexta-feira (14), uma ação civil pública movida pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindmed), que cobrava o pagamento de salários atrasados, prêmio-saúde, plantões extras, terço de férias, rescisões de contrato de 2024, além do 13º salário.

A ação judicial foi aberta devido ao não pagamento desses valores pela gestão anterior, deixando um passivo milionário para a administração atual. No entanto, com a política de responsabilidade fiscal adotada por Brunini, a prefeitura conseguiu regularizar as pendências, garantindo o pagamento integral dos direitos dos servidores.

Com a comprovação do pagamento nos autos do processo, o Ministério Público Estadual (MPE) emitiu parecer favorável à extinção da ação por perda de objeto, reconhecendo que a demanda do sindicato já havia sido atendida. A decisão foi assinada pelo juiz Bruno D’Oliveira Marques, da Vara Especializada em Ações Coletivas.

Apenas nos primeiros três meses de mandato, Abilio Brunini já quitou três folhas salariais (dezembro, janeiro e fevereiro), além de garantir o pagamento de benefícios como verba indenizatória, horas extras, adicional de insalubridade e o prêmio-saúde, este último destinado exclusivamente aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O cenário atual contrasta com a situação encontrada pelo prefeito ao assumir a gestão. Os cofres públicos estavam comprometidos por dívidas deixadas pela administração anterior, exigindo um esforço concentrado para reorganizar as finanças do município. Desde então, Brunini tem adotado uma política de austeridade e valorização do funcionalismo, reforçando o compromisso de manter os salários em dia e evitar novos passivos trabalhistas.

A regularização desses pagamentos não apenas restabelece a confiança dos servidores, mas também demonstra a responsabilidade da atual gestão com a administração pública e a transparência na aplicação dos recursos.